



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



CPI ouve empresário suspeito de financiar atos antidemocráticos

A CPI dos Atos Antidemocráticos vai ouvir, hoje, o empresário Aduauto Lucio Mesquita, dono da rede varejista Melhor Atacadista, investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal como um dos financiadores dos acampamentos instalados em frente ao QG do Exército. Segundo a apuração, o empresário financiou um trio elétrico utilizado na prática dos atos antidemocráticos de 08 de janeiro. A defesa nega.

Fábio Félix/Divulgação



Colaboração com a CPMI do Congresso

O deputado Fábio Félix (PSol) participou de reunião com a bancada de deputados do PSol para expor os principais pontos de investigação da CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa. Félix, um dos integrantes mais atuantes da CPI, vai ajudar no trabalho do partido na comissão do Congresso. O distrital detalhou o que já foi investigado até agora: o papel das informações de inteligência, erros operacionais, papel político do ex-secretário de Segurança Anderson Torres e de outros agentes, além da ausência de ação e até omissão do Exército. "Reforçamos que os acampamentos antidemocráticos foram o embrião desse processo de planejamento violento e temos muitos indícios", diz Fábio Félix.

Presente de campanha

Foi uma indicação do ex-deputado Benício Tavares a contratação do servidor comissionado investigado pela prática de rachadinha na Operação Merzão, deflagrada ontem pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e pela Polícia Civil do Distrito Federal. O episódio mostra que, muitas vezes, o cargo comissionado é um presente pelo trabalho na campanha. Benício não foi candidato, mas trabalhou pela eleição e reeleição de Ibaneis Rocha (MDB).



arquivo pessoal



Vice-presidente da Câmara propõe ampliação da alíquota de ICMS para armas e munições

A alíquota de ICMS incidente sobre armas e munições no Distrito Federal, de 25%, é a mesma que a incidente sobre embarcações de esporte e recreação, artigos de antiquário, aviões, asas-deltas, ultraleves e energia elétrica para classe residencial e Poder Público, acima de 500KWh mensais. O vice-presidente da Câmara Legislativa, Ricardo Vale (PT), quer ampliar essa alíquota para 40%. É o que o deputado distrital propõe em projeto de lei em tramitação na Casa, como forma de induzir a redução da comercialização de armas no Distrito Federal. "A Lei do ICMS prevê que uma arma de fogo possui a mesmíssima essencialidade desses produtos, o que beira o absurdo", afirma o petista. Segundo ele, o estudo "Armas de Fogo e Homicídios no Brasil", publicado em 2022 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em análises estatísticas, indica que, quanto maior a difusão de armas, maior a taxa de homicídios.

Restrições

Ricardo Vale apresentou outro projeto de lei para o desarmamento da população do DF. Ele propõe uma "Política pela Cultura da Paz e pelo Desarmamento da População", um arcabouço legal para ampliar controles e restrição da circulação de armas de fogo no Distrito Federal. O projeto de lei propõe um conjunto de regramentos para empreendimentos que comercializam armas de fogo, para os clubes e as escolas de tiro, relacionados a exposição de armas, horário de funcionamento, publicidade, controle de emissão sonora, acesso de menores de 18 anos e localização. Além disso, há medidas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes em relação à exposição a armas de fogo; restrições à publicidade sobre armas de fogo e sobre clubes e escolas de tiro.

Ascom/CLDF



Bancada da bala entra em campo

No dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão e busca e apreensão na operação que apura fraude no cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro, deputados federais lançaram a Frente Parlamentar da Segurança Pública, a chamada bancada da bala no Congresso, composta por 263 deputados. A frente, liderada pelo deputado Alberto Fraga (PL-DF), é majoritariamente bolsonarista. "Nós, deputados federais, não temos o direito de nos acovardar", disse o vice-presidente da bancada, deputado Sanderson (PL-RS). O candidato a vice na chapa de Bolsonaro, General Braga Neto, participou do evento e integrou a Mesa.



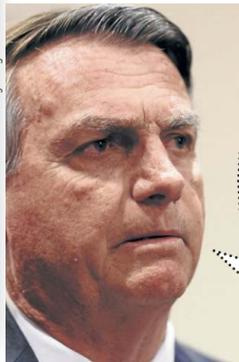
Alberto Fraga/Divulgação

Tortura psicológica

O deputado Sanderson (PL-RS), vice-presidente da bancada da bala, chamou o ministro Alexandre de Moraes de abusador, defende o impeachment do presidente Lula e define a prisão do ex-ministro da Justiça Anderson Torres como "tortura psicológica".



SÓ PAPOS



"Eu chamo de operação para te escutachar. Podia perguntar sobre vacina pra mim, sobre cartão, eu respondia sem problema nenhum. Por que eu fico emocionado? Mexer comigo, sem problema, agora, quando vai para esposa, filho"

Jair Bolsonaro, Ex-presidente



"Se o legislador consagrou uma conduta como criminosa, é claro que a PF pode e deve agir de acordo com o que está previsto na Lei. Se você tem a violação de uma norma sanitária, se tem associação criminosa, falsificação, peculato digital, a Polícia Federal vai fazer o seu trabalho sempre"

Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública

Ed Alves/CP/DA/Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

EDUCAÇÃO / Aulas na rede pública de ensino do Distrito Federal estão suspensas a partir de hoje. Reajuste salarial de 18% proposto pelo GDF não agradou os professores, que reivindicam piso salarial local igual ao nacional

Sem acordo, começa a greve

» MILA FERREIRA

Os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal iniciam, hoje, uma greve por melhores condições salariais. A categoria não aceita apenas o reajuste de 18% oferecido pelo governo do Distrito Federal (GDF). Os professores alegam que o aumento não é suficiente, pois não nivela o salário da categoria com o piso nacional. O indicativo de greve foi votado e aprovado em assembleia na última quarta-feira. Pela lei, é preciso aguardar 72 horas úteis para iniciar a greve de fato, por isso, a paralisação começa oficialmente hoje. Uma assembleia no estacionamento do Eixo Cultural Iberoamericano, antiga Funarte, será realizada hoje a partir das 9h30 e marcará o início da paralisação.

"A greve começa forte. A categoria não aguenta mais tanto tempo de congelamento salarial", desabafa a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) Luciana Custódio. "Fizemos todas as



Acredito que o GDF fez os esforços necessários para dar esse aumento linear. Estamos concedendo o dobro do que o governo federal está dando de aumento. É um valor altíssimo para os cofres públicos, um impacto muito grande"

Celina Leão, vice-governadora do DF

tratativas necessárias para evitar a greve, mas não tivemos resposta. Lidamos com a letargia da secretaria de Educação, que precisava agir como nossa interlocutora, e com a inoperância do governo", completou Luciana. Representantes do Sinpro-DF

se reuniram, na terça-feira com o secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do DF, Ney Ferraz, e com a secretária de Educação, Hélvia Paranaguá. "Na reunião, ainda não tivemos apresentação de uma proposta, mas conseguimos o compromisso do secretário Ney Ferraz de manter uma mesa permanente de negociação enquanto durar a greve", informou Luciana Custódio. "A greve terá início hoje e o fim dela está nas mãos do governador", acrescentou Samuel Fernandes, diretor do sindicato.

Em solenidade realizada ontem no Palácio do Buriti, a vice-governadora Celina Leão elogiou os professores da rede pública do DF, mas criticou a greve. "Respeitamos a decisão da categoria, até porque sabemos da qualidade dos professores do DF", disse a vice-governadora. "Acredito que o GDF fez os esforços necessários para dar esse aumento linear. Estamos concedendo o dobro do que o governo federal está dando de aumento. É um valor altíssimo para os cofres públicos, um impacto muito grande", finalizou Celina.

Sinpro



Categoria reunida com os secretários de Planejamento, Ney Ferraz, e de Educação, Hélvia Paranaguá

Entre as principais reivindicações da categoria estão a redução da quantidade de padrões da tabela salarial e a incorporação da Gratificação de Atividades Pedagógicas (Gaped) e da Gratificação de Atividade de Suporte Educacional (Gase). Levantamento mostra que, das 29 carreiras de nível superior do GDF, o magistério público está em 26º lugar no ranking de remuneração e em penúltimo, quando o foco é o valor do vencimento básico.

Luciana Custódio declarou que os professores estão em diálogo constante com a comunidade. "A falta de investimento na educação faz com que as

famílias sofram. A violência nas escolas é um sintoma do sucateamento da educação pública. Isso perpassa pela desvalorização dos profissionais que nela atuam", observou a diretora.

Os grevistas querem a realização de mais concursos para professores. "Temos mais de dois terços da categoria atuando em sala de aula com contrato temporário, isso traz relações de trabalho precarizadas e alta rotatividade. Vaga efetiva é para ser preenchida com servidor efetivo", disse a sindicalista.

Reajuste

O governador Ibaneis Rocha

(MDB) sancionou, na última terça-feira (2/5), o projeto de lei que determina o reajuste dos salários dos servidores públicos do governo do Distrito Federal (GDF) em 18%. O reajuste será concedido em três parcelas anuais de 6%, sendo que a primeira será paga em julho deste ano (as outras duas serão pagas em 2024 e 2025). Os professores estão incluídos nas categorias contempladas com o aumento. O chefe do Executivo local sancionou ainda o aumento de 25% para servidores comissionados. O reajuste dos cargos comissionados será pago em uma única parcela, que deve sair também em julho.